

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA
RUA GAMA ROSA S/Nº, CNPJ – 08.778.755/0001-23

Lei Complementar nº. 004/2011

DISPÕE SOBRE ADEQUAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE ARARA E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 03/98, 28 DE AGOSTO DE 1998, DE ACORDO COM A LEI Nº 11.738/2008 E A RESOLUÇÃO Nº 09/2009 DO CNE/CEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Constitucional do Município de Arara no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal de Arara - PB aprovou e sanciona a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A presente Lei dispõe sobre Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Arara - Paraíba.

Art. 2º - A presente Lei, norteadada pelos princípios do dever do Estado para com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos e da gestão democrática do ensino público, tem por finalidades:

- I - A valorização dos profissionais do magistério público;
- II - O estímulo ao trabalho em sala de aula;
- III - A melhoria do padrão de qualidade do ensino público municipal.

Art. 3º - A valorização dos profissionais do magistério público será assegurada pela garantia de:

- I - Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - Vencimentos básicos;
- IV - Remuneração condigna dos profissionais em efetivo exercício no magistério público municipal;
- V - Progressão funcional baseada na avaliação do desempenho, na titulação (formação inicial e continuada) e no tempo de serviço;
- VI - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária de trabalho;
- VII - Condições adequadas de trabalho.

Art. 4º - A melhoria do padrão de qualidade do ensino público municipal será buscada pela garantia dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem; bem

VII - Condições adequadas de trabalho.

Art. 4º - A melhoria do padrão de qualidade do ensino público municipal será buscada pela garantia dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, bem como pelo estabelecimento da relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária, os demais profissionais do magistério e as condições materiais da unidade escolar; segundo parâmetros definidos à vista das condições disponíveis e das peculiaridades do Município.

TÍTULO II DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º - O presente Estatuto dispõe sobre os aspectos gerais do Magistério Público Municipal de Arara e sobre seus direitos e obrigações.

Art. 6º - O Regime Jurídico do pessoal do Magistério Municipal é o Estatutário, de acordo com a Lei Municipal nº 01/93, 01 de março de 1993, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores municipais.

Art. 7º - Para efeito desta Lei, consideram-se:

I - MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL - Conjunto de profissionais em educação que exercem atividades de docência, os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, assim considerados: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica, e os que oferecem atividades de apoio pedagógico, assim considerados: orientação psicopedagógica e orientação escola/comunidade.

II - PROFESSORES E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO

a) - Professor do Magistério (MAG) Classe "A" - é o detentor de habilitação específica, obtida em curso de formação de professores, como o A1-Pedagógico ou outro equivalente, A2-Licenciatura Plena em Pedagogia (com habilitação em Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo), A3-Especialização (na sua área de atuação), A4-mestrado (na sua área de atuação) e A5-doutorado (na sua área de atuação), que atuam na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, anos iniciais da Educação de Jovens e Adultos e na Educação do Campo. Para os professores de Libras e Braille além da licenciatura o professor deve ter curso na área específica por instituição credenciada.

b) - Professor do Magistério (MAG) Classe "B" - é o detentor de habilitação específica, obtida em curso superior, correspondente à B1-Licenciatura Plena na área que atuam, B2-Especialização (na sua área de atuação), B3-Mestrado (na sua área de atuação) e B4 - Doutorado (na sua área de atuação), atuando nos anos finais do Ensino Fundamental e anos finais da Educação de Jovens e Adultos, na área para qual foi habilitado e concursado. Para os professores de Libras e Braille além da licenciatura o professor deve ter curso na área específica por instituição credenciada.

c) - Professor do Magistério (MAG) Classe "C" - é o detentor de habilitação específica, obtida em curso superior, correspondente à C1-Licenciatura Plena na área que atuam, C2-Especialização (na sua área de atuação), C3-Mestrado (na sua área de atuação) e C4 - Doutorado (na sua área de atuação), atuando na última etapa da Educação Básica (Ensino Médio).

d) - Suporte Pedagógico (SP) Classe "D" - é o detentor de habilitação na área específica, obtida em curso superior de Licenciatura Plena e/ou especialização em Supervisão Escolar, Orientação Escolar, Inspeção Escolar, Coordenação Pedagógica e Psicopedagogia, correspondente à D1 - Especialização (na sua área de atuação), D2 - Mestrado (na sua área de atuação) e D3-Doutorado (na sua área de

atuação), atuando na Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e na Educação do Campo, na área para qual foi concursado.

III - CARGO DO MAGISTÉRIO - Conjunto de atribuições e responsabilidades, previstas nesta Lei para o profissional do magistério, com denominação própria e vencimento para provimento em caráter efetivo.

IV - QUADRO DO MAGISTÉRIO - Conjunto de cargos e funções, sob a responsabilidade dos profissionais do magistério municipal.

V - FUNÇÃO - Atividade desempenhada pelos profissionais do magistério diretamente ligados ao funcionamento do Sistema Municipal de Ensino e ao aperfeiçoamento da educação.

VI - SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO - Compreende toda a organização escolar do município, constituída pela Secretaria de Educação, os Conselhos a ela ligados e as unidades de ensino mantidas pela Prefeitura.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS

Art. 8º - São direitos dos profissionais do magistério:

I - Remuneração de acordo com a titulação (formação inicial e continuada), a habilitação e o regime de trabalho, conforme o estabelecido nesta Lei, independentemente do nível, anos e modalidade de ensino que atuem;

II - Escolher e aplicar os processos didáticos e as formas de avaliação de aprendizagem, observadas as diretrizes do Sistema de Ensino;

III - Disposição, no ambiente de trabalho, de instalações e material didático suficiente e adequado ao desempenho de suas funções;

IV - Participar na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

V - Ter assegurada oportunidade de freqüentar cursos de formação inicial e continuada profissional, dentro da sua área de atuação, sob orientação da Secretaria de Educação;

VI - Receber, através dos serviços especializados de educação, assistência ao exercício profissional;

VII - Participação no processo democrático de gestão escolar;

VIII - Progressão funcional baseada na avaliação de desempenho, titulação (formação inicial e continuada) e no tempo de serviço;

CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

Art. 9º - Fica garantido aos profissionais do magistério o direito ao gozo de férias anuais por;

I - 30 (trinta) dias para o professor em efetivo exercício da docência nos estabelecimentos de ensino, mais 15 (quinze) dias de recesso de acordo com o calendário escolar anual;

II - 30 (trinta) dias para os demais profissionais da carreira do magistério.

§ 1º - Os ocupantes dos cargos do magistério, à exceção de supervisor, orientador, inspetor escolar, coordenador pedagógico, diretor e diretor-adjunto, gozarão férias durante o recesso escolar ou de acordo com as conveniências do Sistema Municipal de Ensino.

§ 2º - Os ocupantes dos cargos de supervisor, orientador, inspetor escolar, coordenador pedagógico diretor e diretor-adjunto de estabelecimento de ensino poderão gozar férias durante o período letivo, obedecendo escala estabelecida pela Secretária de Educação, desde que não o tenham gozado no recesso.

§ 3º - É vedada a acumulação de férias anuais, salvo imperiosa necessidade do serviço, e por, no máximo, 02 (dois) períodos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por ocasião das férias, independente de solicitação será pago aos profissionais do magistério, adicionais de salário correspondente a 1/3 (um terço) de sua remuneração por trinta dias de serviço.

CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS

Art. 10 - Além das licenças estabelecidas na Lei que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, poderão ser concedidas ao profissional do magistério licença para:

I - Frequentar cursos de formação continuada (stricto sensu);

II - Participar de congressos, simpósios e demais encontros técnicos ou científicos, relacionados à sua área de atuação no Sistema Municipal de Ensino;

III - Participar de congressos e eventos educacionais, de natureza profissional ou sindical, para os quais houver sido indicado pela categoria ou pela entidade sindical.

PARÁGRAFO ÚNICO - A liberação mencionada nos incisos I, II e III deste Artigo, dependerá sempre das conveniências do Sistema Municipal de Ensino e a critério da Secretaria de Educação.

Art. 11 - Fica garantido ao professor que ainda não possui Licenciatura o afastamento por 30 (trinta) dias das suas funções na conclusão do seu curso e de acordo com a disponibilidade da Secretaria de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para os professores que estiverem em conclusão de curso a escola deverá disponibilizar 02 (duas) horas da hora departamental para que o mesmo possa elaborar seu trabalho final.

Art. 12 - A licença para frequentar cursos de formação continuada (stricto sensu) poderá ser concedida:

I - Para cursos de mestrado, por um prazo máximo de 02 (DOIS) anos;

II - Para cursos de doutorado, por um prazo máximo de 03 (TRÊS) anos.

III - O professor deverá ser aprovado em seleção pública ou apresentar garantia de vaga no curso que deseja ingressar, mediante comprovação através de declaração da IES que o aceitará.

IV - A cada ano só poderão se afastar com licença remunerada para ingresso nos cursos de formação continuada em nível de pós-graduação: até 2 professores para os cursos de mestrado e 1 para o curso de doutorado.

§ 1º - A seleção de que trata o inciso acima será através de avaliação escrita, desempenho e formação continuada, de acordo com resolução que será elaborada pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 2º - A licença de que trata este Artigo somente será concedida quando houver relação do curso com sua área de atuação no Sistema Municipal de Ensino, a critério da Secretaria de Educação.

§ 3º - A concessão de licença para frequentar cursos priorizará as áreas em que houver maior carência de profissionais habilitados ou menor índice de qualificação.

§ 4º - Os profissionais que se afastarem deverão encaminhar a frequência para a secretaria de Educação, através da IES em que se encontra matriculado mensalmente até o 10º dia útil do mês subsequente.

§ 5º - Para os professores que estiverem em conclusão de curso de doutorado a escola deverá disponibilizar 02 (duas horas) da hora departamental para que o mesmo possa elaborar seu trabalho final.

Art. 13 - A concessão da licença para frequentar cursos de formação importa no compromisso do profissional, ao seu retorno, permanecer, obrigatoriamente, no magistério público municipal, por tempo igual ao da licença, sob pena do ressarcimento das despesas efetuadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Qualquer outra licença, exceto para tratamento de saúde e licença gestante, também só será concedida após o tempo referido no caput deste Artigo. O afastamento por motivo de saúde ou readaptação de função devem ser atestadas pelo serviço médico municipal autorizado.

Art. 14 - A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do profissional do magistério de suas funções, sem prejuízo de sua remuneração, assegurada à efetividade para todos os efeitos da carreira, obedecido os critérios definidos no Art. 12.

Art. 15 - Fica garantido para o profissional do magistério que for eleito para mandato sindical no cargo de Diretor/Presidente no âmbito municipal a redução de 50% da carga horária de efetivo exercício profissional.

Art. 16 - Depois de três anos de efetivo exercício no serviço público municipal, poderá o profissional obter licença para tratar de interesse particular, sem remuneração.

§ 1º - O profissional do magistério deverá guardar em exercício a concessão da licença, salvo em caso de imperiosa necessidade, devidamente comprovada, considerando-se com faltas não justificadas os dias de ausência, se licença for negada.

§ 2º - A licença para tratar de interesse particular não poderá exceder a dois anos, só podendo ser concedida nova licença depois de decorridos dois anos do término e/ou da interrupção da anterior.

§ 3º - Durante a licença de que trata o caput deste Artigo, o profissional do magistério não contará tempo de serviço para qualquer efeito.

Art. 17 - Poderá ser concedida licença sem vencimentos ao profissional do magistério para o acompanhamento do seu cônjuge ou companheiro, quando esse for designado para o exercício de funções no serviço público fora do município.

§ 1º - A licença será concedida mediante requerimento devidamente instruído e vigorará pelo tempo que durar o afastamento do cônjuge, observado o disposto no Artigo seguinte, devendo ser revogada de dois anos:

§ 2º - Durante a licença de que trata este Artigo, o profissional do magistério não contará tempo de serviço para qualquer efeito.

Art. 18 - Cessado o motivo da licença, ou não requerida documentalmente sua renovação, o profissional do magistério deverá reassumir o exercício imediatamente, a partir dos quais a sua ausência será computada como falta de serviço.

Art. 19 - Cedência é o ato através do qual o chefe do Poder Executivo Municipal coloca o profissional do magistério, com ou sem remuneração, à disposição de entidade ou órgão que exercer atividade no campo educacional sem vinculação administrativa à Secretaria de Educação.

§ 1º - A cedência poderá ser efetuada através de convênio.

§ 2º - A Prefeitura Municipal poderá solicitar compensação à entidade ou órgão que requerer a cedência, quando o profissional do magistério for cedido com remuneração.

§ 3º - A cedência para outras funções fora do Sistema de Ensino só será admitida sem ônus para o sistema de origem do integrante da carreira do magistério, salvo em casos previstos pela legislação vigente.

Art. 20 - A cedência será concedida pelo prazo máximo de 01(UM) ano, sendo renovável se assim convier às partes interessadas.

Art. 21 - Quando cedido a Instituições Educacionais Públicas, Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas, através de convênio, o profissional do magistério fará jus a todos os direitos e vantagens lhe assegurados no sistema de origem.

Art. 22 - O profissional do magistério quando cedido, perde designação, continuando lotado na Secretaria de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Terminado o prazo de cedência, o profissional do magistério será designado para unidade escolar ou órgão, a critério da Secretaria de Educação.

CAPÍTULO V DOS DEVERES

Art. 23 - O profissional do magistério tem o dever de considerar a relevância social de suas atribuições, mantendo conduta adequada à dignidade profissional, em razão do que deverá:

I - Conhecer e respeitar esta Lei;

II - Preservar os princípios, ideais e fins da educação nacional;

III - Utilizar processos didático-pedagógicos, acompanhando o processo científico e tecnológico da educação e sugerindo medidas para o aperfeiçoamento dos serviços educacionais;

IV - Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

V - Frequentar cursos planejados pela Secretaria de Educação, destinados à formação (inicial e continuada) e aperfeiçoamento;

VI - Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando tarefas com eficiência, zelo e presteza;

VII - Manifestar-se solidário, cooperando com a comunidade escolar e a da localidade, sempre que a situação o exigir;

VIII - Apresentar atitudes de respeito e consideração para com os superiores hierárquicos e tratar com urbanidade os colegas e os usuários dos serviços educacionais;

IX - Comunicar à autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento na sua área de atuação ou às autoridades superiores, no caso de aquele não considerar a comunicação;

X - Ministrare os dias letivos e horas-aula, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional;

XI - Zelar pela conservação do patrimônio municipal confiado à sua guarda e uso;

XII - Zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela dignidade da classe;

XIII - Guardar sigilo profissional;

XIV - Zelar pela aprendizagem dos alunos;

XV - Colaborar no desenvolvimento de estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

XVI - Colaborar com as atividades de articulação entre escola, família e comunidade.

Art. 24 - Os ocupantes dos cargos de Diretor e Diretor-Adjunto desempenham a função de diretor de estabelecimento de ensino, com as seguintes obrigações:

I - Participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;

II - Administrar os recursos materiais e financeiros dos estabelecimentos de ensino, segundo princípios e normas da gestão democrática, definidos na regulamentação do Sistema Municipal de Ensino;

III - Zelar pelo cumprimento dos dias letivos, horas-aula e horas-atividades estabelecidas;

IV - Coordenar e acompanhar o trabalho dos diversos profissionais que atuam no estabelecimento de ensino;

V - Zelar pela conservação e melhoria das instalações físicas e dos equipamentos do estabelecimento de ensino;

VI - Desenvolver ações de articulação com a Secretaria de Educação;

VII - Coordenar as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 25 - O ocupante do cargo de professor desempenha a função docente, que congrega as atividades de:

I - participar da elaboração e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento escolar;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 26 - O ocupante do cargo de Supervisor desempenha as funções de supervisão, que congregam as atividades de:

I - participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento escolar;

III - coordenar o processo de planejamento, orientar e acompanhar o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino e;

IV – colaborar com as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

V – Informar a quem de competência, resultados de diagnósticos realizados na escola após o término de cada bimestre;

Art. 27 – O ocupante do cargo de Orientador Educacional desempenha a função de orientação escolar, que congrega as atividades de:

I – participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento escolar;

III – desenvolver ações voltadas à integração dos alunos no processo educativo desenvolvido no estabelecimento de ensino;

IV – colaborar com as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

V – Coordenar o processo de planejamento, orientar e acompanhar o Trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino e;

VI – Registrar e documentar as ações pedagógicas desenvolvidas pela unidade escolar.

Art. 28 – Os ocupantes do cargo de Coordenação Pedagógica desempenham a função de Coordenador Pedagógico, que congregam as atividades de:

I – participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;

II – coordenar e acompanhar a formação continuada dos diversos profissionais que atuam no estabelecimento de ensino;

III – coordenar as ações pedagógicas desenvolvidas pelos professores, supervisores, orientadores, diretores e adjuntos das escolas;

IV – colaborar com as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

V – Coordenar o processo de planejamento, orientar e acompanhar o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino, criando possíveis soluções;

VI – Organizar estudos e leituras que possam levar os profissionais a ter autonomia sobre seu exercício profissional.

Art. 29 – O ocupante do grupo de Magistério, que desempenha a função de Inspetor Escolar, congrega as atividades de:

I – orientar as escolas na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;

II – Exercer a inspeção de todas as unidades integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

III – Orientar as equipes escolares quanto ao cumprimento das normas federais, estaduais e municipais referentes à Educação;

IV – Realizar atos solicitados pelo Conselho Municipal de Educação;

V – Sugerir ao Titular da Secretaria medidas que visem aperfeiçoar o funcionamento do sistema;

VI – Comunicar à autoridade competente, na estrutura da Secretaria Municipal de Educação, os atos ilegais ou lesivos ao Sistema dos quais tiver conhecimento.

Art. 30 – Os ocupantes do grupo de Magistério, supervisor, inspetor escolar, orientador e coordenador pedagógico que estiverem lotados na Secretaria de Educação congregam as atividades de:

I – orientar as escolas na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;

II – planejar, coordenar e acompanhar a formação continuada dos diversos profissionais que atuam no sistema ensino;

III – planejar, orientar e coordenar o processo de planejamento desenvolvido nos estabelecimentos de ensino, orientando possíveis soluções;

IV – elaborar planos de formação para todos os profissionais da rede;

V – acompanhar todos os resultados das avaliações aplicadas nas escolas da rede;

VI – acompanhar bimestralmente os resultados dos índices educacionais das escolas municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os ocupantes do grupo do Magistério que faltarem, sem a devida justificativa, as reuniões e encontros agendados para interesse das unidades escolares serão passíveis de registro de faltas em suas fichas funcionais.

TÍTULO III DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 31 - A carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos;

I - Profissionalização, entendida como dedicação ao magistério, compreendendo qualidades pessoais, formação adequada e atualização constante;

II - Remuneração condigna, respeitando o regime e as condições de trabalho;

III - Progressão na carreira, mediante promoções;

IV - Valorização da qualificação, decorrente de cursos específicos para as tarefas desenvolvidas;

V - Desempenho no trabalho, mediante avaliação segundo parâmetros de qualidade do exercício profissional;

VI - Progressão baseada no tempo de serviço e formação inicial, continuada e aperfeiçoamento.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 32 - A carreira do Magistério Público Municipal é constituída por cargos estruturados em níveis, desdobradas em classes e agrupadas em matrizes.

Art. 33 - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - CARREIRA - Forma de evolução profissional no sentido horizontal e vertical, implicando em diferenciação salarial;

II - CLASSE - É o conjunto de cargos da mesma profissão ou atividade para o exercício da docência e suporte pedagógico;

III - NÍVEL - Faixas salariais da mesma classe, que têm como função diferenciar os profissionais pelos atributos pessoais e profissionais;

IV - PROGRESSÃO - Promoção na carreira do magistério, baseada na avaliação do desempenho, na titulação (formação inicial e continuada) e no tempo de serviço;

V - MATRIZ - É o conjunto das classes, subclasses e níveis seqüenciais, segundo a titulação (formação inicial e continuada), qualificação profissional e tempo de serviço.

CAPÍTULO III DO INGRESSO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Art. 34 - Os cargos do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei, assim como aos estrangeiros na forma da Lei.

Art. 35 - O ingresso no Plano de Carreiras do Magistério Público Municipal depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

Art. 36 - Constituem requisitos de habilitação para o ingresso no Magistério Público Municipal, o disposto no art. 61,62 e 63 da Lei nº 9.394/96

Art. 37 - A realização do concurso público para preenchimento das vagas no Plano de Carreiras do Magistério Público Municipal cabe à Secretaria de Administração articulada com a Secretaria de Educação.

§ 1º - O concurso público de que trata este Artigo será realizado de acordo com as normas do Edital que poderá distribuir as vagas por localidades no município ou em unidades escolares.

§ 2º - A validade do concurso será de dois anos, a partir da data da publicação dos resultados finais, admitida a prorrogação por mais dois anos, através de Ato do Executivo Municipal.

Art. 38 - Constituem exigências para inscrição no concurso público para ingresso na carreira do Magistério:

I - Ser brasileiro ou estrangeiro de acordo com os ditames da Lei Nacional;

II - Ter idade superior a 18 (dezoito) anos;

III - Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;

IV - Ter habilitação específica para o exercício do cargo.

CAPÍTULO IV DA ADMISSÃO, DESIGNAÇÃO, ESTÁGIO PROBATÓRIO E EXERCÍCIO.

Art. 39 - A nomeação para os cargos de provimento efetivo da carreira do magistério compete ao chefe do Poder Executivo Municipal, observada a ordem de classificação obtida no concurso público de provas e títulos e a comprovação da habilitação profissional exigida para o cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O candidato aprovado que no momento da nomeação, não apresentar provas de habilitação profissional exigida para o cargo, perderá os direitos aos resultados obtidos no concurso público e, em consequência, ao cargo da carreira do magistério.

Art. 40 - Os profissionais do magistério, uma vez admitidos, serão lotados na Secretaria de Educação.

Art. 41 - Somente poderá ser admitido o profissional que gozar de boas condições de saúde, comprovada em inspeção realizada por órgão médico oficial.

Art. 42 - O titular da Secretaria Municipal de Educação, designará o profissional do magistério para a unidade ou o órgão onde deverá ter exercício, de acordo com os horários e necessidade do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º - A designação poderá ser alterada a pedido do interessado, respeitado prioritariamente os interesses do Sistema Municipal de Ensino ou por necessidade do serviço.

§ 2º - A alteração da designação se processará em época de férias escolares, salvo o interesse do Sistema de Ensino.

Art. 43 - O profissional do magistério deverá entrar no exercício da função dentro de trinta dias da nomeação.

PARÁGRAFO ÚNICO - O profissional de magistério, admitido para o ingresso no grupo Magistério cumprirá estágio probatório de três anos.

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 44 Estão sujeitos ao Estágio Probatório, previsto no art. 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, os servidores aprovados em concurso público, para os cargos de provimento efetivo.

Art. 45 - Ao entrar em exercício o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará em Estágio Probatório por 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observado os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade; e

V - responsabilidade.

§ 1º - Os fatores de avaliação previsto neste artigo deverão integrar os critérios de eficiência e eficácia administrativa determinado no sistema de controle interno do Município.

§ 2º - Ao servidor é assegurado a ampla defesa e o contraditório, cabendo-lhe o direito de acesso a todos os relatórios e boletins de avaliação.

§ 3º - Todas as decisões administrativas referentes ao desempenho funcional do servidor, em seu estágio probatório, deverão ser motivadas.

§ 4º - Deverão ser objeto de avaliação todos os meses que integram o Estágio Probatório.

Art. 46 - O servidor deve cumprir o Estágio Probatório no exercício do cargo para o qual foi nomeado em caráter efetivo.

§ 1º. O Estágio Probatório ficará suspenso durante as licenças legalmente previstas, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do afastamento.

§ 2º. Não se aplica a suspensão do Estágio Probatório, de que trata o parágrafo anterior, quando o afastamento do servidor ocorrer em virtude de férias ou licença para tratamento médico ou licença gestante.

Art. 47 - Ao servidor em Estágio Probatório deve ser assegurado o assessoramento e o acompanhamento adequado quanto ao exercício de suas atribuições, inclusive, no que se referem às condições físicas, materiais e instrumentais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O servidor que não possuir adequação satisfatória em um ou mais dos fatores de avaliação definidos nesta Lei, deverá receber a orientação para que possa corrigir as deficiências.

Art. 48 - Se o servidor em Estágio Probatório vier a cometer falta disciplinar, terá a sua responsabilidade apurada na forma legal, observada as normas estatutárias.

Art. 49 - O servidor em Estágio Probatório só terá direito a qualquer ascensão funcional após os 36 (trinta e seis) meses sendo avaliado de acordo com o que trata o art. 45 dessa lei.

Art. 50 - Compete ao Prefeito Municipal, a nomeação para os cargos de diretor e diretor-adjunto de estabelecimento da Educação Básica profissionais com formação no magistério.

§ 1º - Será nomeado preferencialmente, para qualquer dos cargos de que trata este Artigo, o profissional do magistério que:

- a) Ocupe cargo de Carreira do Magistério Público Municipal;
- b) Apresente a formação no Magistério;
- c) Tenha experiência há no mínimo 02 (dois) anos em unidade escolar da Educação Básica.

§ 2º - Na hipótese da alínea "c" parágrafo anterior, o cargo será em comissão de livre nomeação e exoneração, nos termos do Art. 37, V da Constituição Federal.

Art. 51 - O cargo de diretor-adjunto será exercido por profissional com habilitação para a docência e que preencha os requisitos contidos nas alíneas "a" "b" e "c" do parágrafo 1º e parágrafo 2º do Artigo anterior para a coordenação de unidade escolar com mais de 100 alunos matriculados.

CAPITULO V DO REGIME DE TRABALHO

Art. 52 - A jornada básica de trabalho do ocupante do cargo de professor da Educação Básica é de 25 (vinte e cinco) horas semanais, distribuídas em 20 (vinte) horas em sala de aula e 05 (cinco) horas de atividades, consecutivas para correção e elaboração de projetos, aperfeiçoamento e pesquisa, preparação de aulas e/ou atividades extras para os profissionais da Classe A.

§ 1º - Para os profissionais das Classes "B" e "C" a hora/aula terá duração de 50 (cinquenta) minutos, sendo dedicada a atividade pedagógica diretamente com os alunos.

§ 2º - As horas de atividades, com duração de 60 (sessenta) minutos, são as destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica do estabelecimento do ensino.

Art. 53 - O regime de trabalho dos profissionais de Suporte Pedagógico da Educação Básica será de 30 (trinta) horas sendo 25 (vinte e cinco) a escola ou na sede da Secretaria de Educação e 05 (cinco) horas para estudo e pesquisa.

Parágrafo Único - Fica estendida a gratificação do anexo VI aos profissionais ocupantes de cargo efetivo constantes neste Artigo.

Art. 54 - No interesse do Sistema de Ensino, os docentes atuantes na Educação Básica, poderão ser convocados para uma jornada de trabalho de até 40 (quarenta) horas semanais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O regime de trabalho de que trata o caput deste Artigo apresenta jornada alternativa.

Art. 55 - Jornada de trabalho maior que a estabelecida para a categoria, implica em remuneração diferenciada, calculada em razão da hora de efetivo trabalho, em sala de aula e em horas atividades.

Art. 56 - O mesmo Regime de Trabalho se aplica aos demais profissionais do magistério, nos termos desta Lei.

Art. 57 - A jornada de trabalho do ocupante do cargo de diretor da Educação Básica é de 40 (quarenta) horas semanais.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA

Art. 58 - São cargos de provimento de profissionais do Magistério:

§ 1º Professor do Magistério (MAG) Classe "A" é o detentor de habilitação específica, obtida em curso de formação de professores, como o A1-Pedagógico ou outro equivalente, A2-licenciatura em Pedagogia (com habilitação em Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos ou Educação do Campo), A3-Especialização (na sua área de atuação), A4-mestrado (na sua área de atuação) e A5-doutorado (na sua área de atuação), que atuam na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e anos iniciais da Educação de Jovens e Adultos. Para os professores de Libras e Braille além da licenciatura o professor deve ter curso na área específica por instituição credenciada.

§ 2º - Professor do Magistério (MAG) Classe "B"- é o detentor de habilitação específica, obtida em curso superior, correspondente à B1-Licenciatura Plena na área que atuam, B2-Especialização (na sua área de atuação), B3-Mestrado (na sua área de atuação) e B4-Doutorado (na sua área de atuação), atuando nos anos finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, na área para qual foi habilitado. Para os professores de Libras e Braille além da licenciatura o professor deve ter curso na área específica por instituição credenciada.

§ 3º - Professor do Magistério (MAG) Classe "C" - é o detentor de habilitação específica, obtida em curso superior, correspondente à C1-Licenciatura Plena na área que atuam, C2-Especialização (na sua área de atuação), C3-Mestrado (na sua área de atuação) e C4- Doutorado (na sua área de atuação), atuando na última etapa da Educação Básica (Ensino Médio).

§ 4º - Suporte Pedagógico (SP) Classe "D"- é o detentor de habilitação na área específica, obtida em curso superior de Licenciatura Plena e/ou especialização em Supervisão Escolar, Orientação Escolar, Inspeção Escolar, Coordenação Pedagógica e Psicopedagogia, correspondente à D1- Licenciatura Plena na área que atuam, D2-Especialização (na sua área de atuação), D3-Mestrado (na sua área de atuação) e D4- Doutorado (na sua área de atuação), atuando na Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e na Educação do Campo, na área para qual foi concursado.

Art. 59 - O grupo Ocupacional do magistério será distribuído em 04 (quatro) classes, designados pelas letras A: compreendendo cinco subclasses (A, A1, A2, A3, A4, A5), B: compreendendo quatro subclasses (B1, B2, B3, B4), C: compreendendo quatro subclasses (C1, C2, C3, C4) e D: compreendendo quatro subclasses (D1, D2, D3) dispostos em matrizes, às tais estão associados critérios de titulação (formação inicial e continuada), qualificação profissional e tempo de serviço.

Art. 60 - O valor do vencimento básico tem como a variação entre classes, subclasses e níveis que constam nos ANEXO I, II, III e IV desta Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Valores de diferenciação são de 20%, para os profissionais das subclasses "A" e "A1" para a subclasse "A2" e de um nível para outro, tomando por base o inicial, será de 0 a 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 30%.

I - O percentual de variação das demais subclasses corresponderá a 15%.

II - Os percentuais de mudança de um nível para outro da mesma subclasse tomando por base o inicial será de 0 a 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 30%.

III - O profissional do magistério será posicionado nas referencias da classe relativa à sua habilitação, conforme o seu tempo de contribuição no Sistema Municipal de Ensino, nos seguintes níveis:

I - até cinco anos, no nível I;

II - acima de 5 (cinco) até 10 (dez), nível II;

III - acima de 10 (dez) até 15 (quinze) anos, nível III;

IV - acima de 15 (quinze) até 20 (vinte), nível IV;

V - acima de 20 (vinte) até 25 (vinte e cinco), nível V;

VI - acima de 25 (vinte e cinco) até 30 (trinta), nível VI;

Art. 61 - Os membros do Grupo Magistério, designados para o exercício da função de Diretor de Escola, terão a gratificação de função de acordo com o ANEXO V dessa lei na classe e nível a que pertence.

Art. 62 - Os membros do grupo magistério designados para as funções de Diretor Adjunto, atuarão em escolas com mais de 100 alunos e receberão como gratificação 50% (cinquenta por cento) do percentual atribuído ao diretor da Escola a que pertencer, sendo este percentual calculado sobre seu vencimento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em unidade escolar que tem acima de 500 (quinhentos) alunos poderão ser nomeados dois diretores adjuntos, desde que a unidade funcione nos três turnos.

Art. 63 - Os membros do grupo magistério que estão em cargo de comissão na Secretaria de Educação, designados para a função de Coordenador Pedagógico e Inspetor Escolar, receberão gratificação de função, de acordo com o Anexo VI.

CAPÍTULO VII DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 64 - A progressão na carreira do Magistério Público poderá ocorrer mediante:

I - A progressão vertical - Passagem do servidor de uma classe para a seguinte, dentro de um mesmo nível, obedecendo aos critérios específicos para a avaliação do desempenho e titulação (formação inicial e continuada).

II - A progressão horizontal - Passagem do servidor de um nível para o imediatamente superior, obedecendo aos critérios de desempenho e de tempo de serviço. Para avaliação do desempenho será elaborado decreto administrativo de responsabilidade do prefeito municipal, onde constarão os critérios, a forma e a comissão de avaliação. E ainda será observado para o desempenho, o cumprimento da exigência de participação em programas de desenvolvimento para a carreira, assegurados pelo Município ou instituições credenciadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na elaboração dos critérios da avaliação do desempenho será formada uma comissão composta pela: Secretaria de Educação, Conselho Municipal de Educação e representação dos profissionais do magistério.

DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 65 - A progressão horizontal ocorrerá, após o cumprimento do estágio probatório, para o servidor que se encontrar na classe e nível inicial, para o servidor que se encontrar em classe intermediária de sua carreira, desde que cumpra o interstício de 03 (três) anos e esteja habilitado por ordem de classificação no processo de avaliação do desempenho e titulação efetuados na Rede Municipal de Ensino, ao final do ano letivo.

§ 1º - O servidor concorrerá à progressão horizontal quando, atendidos os preceitos previstos no caput deste Artigo e obtiver, no mínimo, 70% (setenta por cento) da pontuação máxima definida no processo de avaliação de desempenho e titulação.

§ 2º - A Progressão Horizontal deverá observar a ordem seqüencial de disposição dos níveis, vedada à ascensão para outro nível que não o imediatamente superior.

§ 3º - Fica garantida ao profissional do magistério a progressão funcional quando o Sistema de Ensino não oferecer condições a formação exigida.

DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 66 - A Progressão Vertical dar-se-á:

I - Por desempenho e titulação (formação inicial e continuada);

Art. 67 - A Progressão Vertical por desempenho e titulação (formação inicial e continuada) ocorrerá para o servidor que adquira a formação superior a classe a que se encontra, por ordem de classificação no processo de avaliação de desempenho e titulação na rede municipal de ensino, ao final de cada ano letivo, ocorrendo à promoção até mês de março do ano subsequente.

Art. 68 - A Progressão por titulação ocorrerá, após o cumprimento do estágio probatório, para o servidor que adquirir graduação ou titulação na área objeto de seu trabalho de acordo com o Art. 64.

Art. 69 - Os cursos de pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu, para fins previstos nesta Lei, realizados pelos servidores do Grupo Ocupacional do Magistério, somente serão considerados para fins de progressão se tiverem relação direta com a atividade desempenhada pelo servidor no Sistema Municipal de Ensino, forem ministrados por instituições reconhecidas pelos órgãos competentes e, quando realizada no exterior, se forem revalidados por instituição brasileira, credenciada para este fim.

Art. 70 - Os atuais ocupantes dos cargos do Magistério Público Municipal serão aproveitados de acordo com sua titulação, habilitação e tempo de serviço.

Art. 71 - Perderá o direito à promoção o profissional que tiver:

I - Mais de 05 (cinco) faltas por ano não justificadas no período de permanência do seu aproveitamento;

II - Cumprido pena de suspensão resultante de processo administrativo;

III - Cedência para cargo que represente desvio da função docente, exceto nos casos previstos em Lei.

Art. 72 - A apuração dos requisitos previstos no Artigo anterior refere-se ao período em que o profissional do magistério se encontra em exercício na classe.

Art. 73 - Para todos os efeitos, será considerado promovido o profissional aposentado ou que vier a falecer sem que tenha sido efetivada a promoção que lhe couber.

Art. 74 - A progressão dos ocupantes dos cargos dos profissionais que dão suporte pedagógico ocorrerá nas mesmas condições previstas para o professor e de acordo com a natureza do seu trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aos profissionais do magistério a que se refere o caput deste artigo, são aplicados os requisitos previstos para os professores nos Artigos 65 a 73 desta Lei, em função da sua progressão.

TITULO IV DA REMUNERAÇÃO E VANTAGENS

Art. 75 - A remuneração dos profissionais do magistério é composta pelo vencimento e gratificações, nos termos da legislação vigente e da lei nº 11.738/2008 de 16 de julho de 2008.

Art. 76 - Vencimento básico é fixado na Classe A, do nível I da carreira do magistério, conforme ANEXO I, II, III e IV desta Lei.

Art. 77 - Constituem vantagens pecuniárias para os profissionais do magistério, sem prejuízo de outras atribuições aos Servidores Públicos Municipais, desde que repassados recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério.- FUNDEB da Lei nº 11.494 de 20 de junho e 2007, obedecendo aos 60% para pagamento dos profissionais do magistério.

Art. 78 - O professor do Magistério Contratado para suprir necessidades do Município perceberá o equivalente ao salário de acordo com a sua formação no nível I.

Art. 79 - O Regente de Ensino, concursado, ascenderá apenas de forma horizontal (nível), não podendo ascender de forma vertical (classe).

§ 1º - O regente de ensino não concursado vindo habilitar-se será enquadrado no nível I da classe equivalente a sua graduação

§ 2º - O professor integrante do quadro especial vindo habilitar-se será enquadrado no nível I da classe equivalente a sua graduação

Art. 80 - O professor da rede que não puder está em sala de aula por motivos que justifique, não será contemplado com as vantagens atinentes ao magistério e terá o seu salário correspondente ao valor de 75% dos vencimentos básicos da classe e nível que esteja posicionado.

Art. 81 - Fica a Secretaria competente autorizada a realizar o desconto correspondente a 1/30 (um trinta avos), da classe e nível em que esteja posicionado, por falta não justificada para os profissionais das classes "A" e "D".

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os profissionais investidos nas classes "B" e "C" o desconto será feito por hora/aula.

Art. 82 - O preenchimento das vagas existentes no Quadro, somente demonstrada a real necessidade do sistema e previamente autorizada pelo chefe do Executivo.

CAPÍTULO II DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 83 - Os membros do Grupo Magistério, designados para o exercício da função de diretor de escola, terá gratificação de função de acordo com o ANEXO V dessa Lei no salário e classe a que pertence.

Art. 84 - Os membros do grupo magistério designados para as funções de Diretor Adjunto, receberão como gratificação 50% do valor atribuído ao diretor da Escola a qual pertencer.

Art. 85 – Os membros do grupo magistério que estão em Cargos de Comissão na Secretaria de Educação, designados para a função de Coordenador Pedagógico, Orientador Escolar, Supervisor Escolar e Inspetor Escolar receberão gratificação de acordo com o Anexo VI.

Art. 86 - Farão jus a gratificação de incentivo aqueles profissionais do magistério que trabalharem em escolas da zona rural consideradas de difícil acesso, tendo com base o salário da Classe A, Nível I, não podendo exceder o percentual de 40% (quarenta por centos), renovado a cada ano quando sendo necessário, mediante Decreto do Executivo Municipal.

Art. 87 – Os professores da Educação Básica que na sua sala de aula lecionarem a mais de até 3 (três) alunos portadores de necessidades educativas especiais terão uma gratificação de 20% em seu salário. A cada ano será avaliada essa gratificação por escola e por sala de aula.

Art. 88 – Enquanto for necessário manter classes multisseriadas, os docentes que, em suas salas tiverem no mínimo 20 alunos matriculados, perceberão um adicional de 15% calculado sobre o nível do seu enquadramento.

Art. 89 - O exercício das funções Gratificadas é privativo dos ocupantes do Quadro do Magistério.

Art. 90 - As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente da Secretária de Educação.

CAPÍTULO III DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 91 – O secretário de Educação é competente para constituir comissões especiais para apreciar em processo administrativo, faltas cometidas por servidores do Magistério.

§ 1º - As comissões de inquérito administrativo deverão ser constituídas por 03 (três) servidores do quadro efetivo do magistério, 01 (um) membro de Conselho Escolar e 01 (um) conselheiro do Conselho Municipal de Educação e 01 (um) da classe do magistério, sendo o último com classe igual ou superior ao servidor subjogado.

Art. 92 – O não comparecimento do servidor ao serviço, sem justa causa, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias intercalados em cada ano, será punido com pena de demissão, conforme legislação vigente.

Art. 93 – É vedado ao servidor do Magistério exercer atividades estranhas às funções, quando em horário de trabalho.

Art. 94 – O docente em regência de classe é obrigado ao cumprimento do número de dias letivos e horas aula, segundo calendário escolar e matriz curricular.

Art. 95 – Enquanto o número de horas-aula do docente não estiver completo, não se dará à conclusão do ano letivo na atividade, área de estudo ou disciplina em que se verificar a ocorrência.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS.

Art. 96 – O Diretor ou Diretor-Adjunto nomeados nos termos dos Artigos 50 e 51 desta Lei, fará jus as seguintes remunerações:

I – O Diretor terá remuneração equivalente ao nível I da classe a que possui habilitação.

II – O Diretor-Adjunto perceberá 75% (setenta e cinco por cento) da remuneração do Diretor não podendo ser inferior ao salário mínimo vigente.

I – O Diretor terá remuneração equivalente ao nível I da classe a que possui habilitação.

II – O Diretor-Adjunto perceberá 75% (setenta e cinco por cento) da remuneração do Diretor não podendo ser inferior ao salário mínimo vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Diretor ou Diretor-Adjunto fará jus a gratificação estabelecida no anexo V desta Lei.

Art. 97 - Quando posto à disposição de atividades de apoio à docência na Secretária de Educação, o profissional do magistério continua com direito às gratificações previstas nesta Lei.

Art. 98 - Ocorrendo imperiosa necessidade de serviço, por aumento da demanda de vagas nas escolas, concessão de licença gestante ou qualquer outro tipo de afastamento de professores, poderão ser contratados docentes em caráter temporário, denominados professores-substitutos.

§ 1º - Os professores de que trata este Artigo não poderão ser contratados pelo período superior a um ano e sua admissão se fará mediante seleção a critério da Secretária de Educação.

§ 2º - Os professores substitutos deverão ser habilitados conforme os critérios estabelecidos na Lei 9.394/96.

Art. 99 – O professor que estiver fora de sala de aula, com exceção dos casos previstos na presente lei deixará de ser contemplado em todos os aspectos competindo ao poder executivo municipal e ao titular da Secretaria Municipal de Educação elaborar critérios específicos de progressão funcional e forma de pagamento de seus vencimentos.

Art. 100 – Os quinquênios dos profissionais do magistério a partir da publicação desta Lei constarão na planilha salarial por nível na progressão horizontal.

Art. 101 – A tabela de salários será ajustada de acordo com a da Lei nº 11.738/2008 de 16 de julho de 2008 e suas alterações posteriores.

Parágrafo único - As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica.

Art. 102 - O Decreto para avaliação de desempenho que trata o inciso II do Art. 63 deverá ser publicado até 90 (noventa) dias da publicação da presente lei.

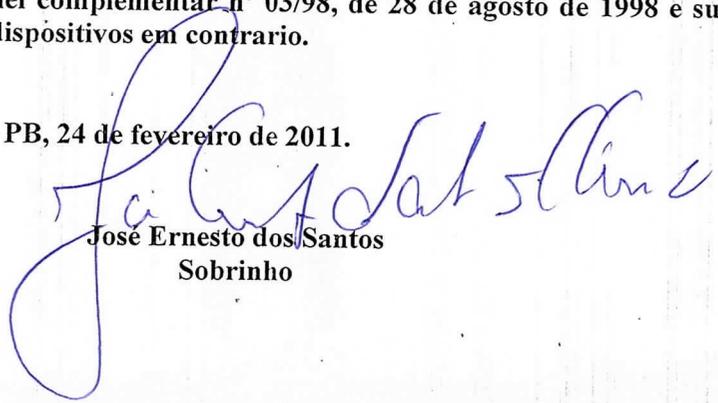
Art. 103 – O Decreto para avaliação de desempenho que trata o Inciso II do art. 64, deverá ser publicado até 90 (noventa) dias da publicação da presente Lei.

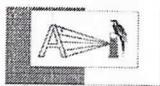
Art. 104 – Este Plano deverá ser avaliado sempre que houver alterações nas legislações nacionais.

Art. 105 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de janeiro de 2011.

Art. 106 – Revoga-se a lei complementar nº 03/98, de 28 de agosto de 1998 e suas alterações posteriores, bem como, demais dispositivos em contrario.

Gabinete do Prefeito de Arara – PB, 24 de fevereiro de 2011.


José Ernesto dos Santos
Sobrinho



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA
RUA GAMA ROSA S/Nº, CNPJ – 08.778.755/0001-23

ANEXO I

Professor do Magistério (MAG) Classe “A”

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
REGENTE	742,00	779,10	818,05	858,96	901,90	947,00
A	742,00	779,10	818,05	858,96	901,90	947,00
A1	742,00	779,10	818,05	858,96	901,90	947,00
A2	890,40	934,92	981,67	1.030,75	1.082,29	1.136,40
A3	1.023,96	1.075,16	1.128,91	1.185,36	1.244,63	1.306,86
A4	1.177,55	1.236,43	1.298,25	1.363,16	1.431,32	1.502,89
A5	1.354,18	1.421,89	1.492,99	1.567,63	1.646,02	1.728,32

ANEXO II

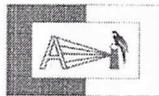
Professor do Magistério (MAG) Classe “B”

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
B1	890,40	934,92	981,67	1.030,75	1.082,29	1.136,40
B2	1.023,96	1.075,16	1.128,91	1.185,36	1.244,63	1.306,86
B3	1.177,55	1.236,43	1.298,25	1.363,16	1.431,32	1.502,89
B4	1.354,18	1.421,89	1.492,99	1.567,63	1.646,02	1.728,32

ANEXO III

Professor do Magistério (MAG) Classe “C”

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
C1	890,40	934,92	981,67	1.030,75	1.082,29	1.136,40
C2	1.023,96	1.075,16	1.128,91	1.185,36	1.244,63	1.306,86
C3	1.177,55	1.236,43	1.298,25	1.363,16	1.431,32	1.502,89
C4	1.354,18	1.421,89	1.492,99	1.567,63	1.646,02	1.728,32



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA
RUA GAMA ROSA S/Nº, CNPJ – 08.778.755/0001-23

ANEXO IV

Suporte Pedagógico (SP) Classe “D”

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
D1	1.228,63	1.290,06	1.354,56	1.422,29	1.493,40	1.568,07
D2	1.412,92	1.483,57	1.557,75	1.635,64	1.717,42	1.803,29
D3	1.624,86	1.706,10	1.791,41	1.880,98	1.975,02	2.073,78

ANEXO V

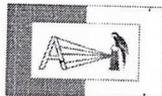
Tabela de Gratificação para Diretor Escolar

ESCOLA	Nº DE ALUNOS	VALOR
Nível I	Até 99 alunos	20%
Nível II	de 100 a 300 alunos	30%
Nível III	de 301 a 500 alunos	40%
Nível IV	de 501 a 700 alunos	50%
Nível V	acima de 701 alunos	60%

ANEXO VI

Tabela de Gratificação para Técnicos da Secretaria

CARGO	VALOR
Coordenador Pedagógico	30%
Orientador Escolar	30%
Supervisor Escolar	30%
Inspetor Escolar	30%



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA
RUA GAMA ROSA S/Nº, CNPJ - 08.778.755/0001-23

ANEXO I

Professor do Magistério (MAG) Classe "A"

CLASSE \ NÍVEL	NÍVEL					
	I	II	III	IV	V	VI
REGENTE	700,00	735,00	771,75	810,34	850,85	893,40
A	700,00	735,00	771,75	810,34	850,85	893,40
A1	700,00	735,00	771,75	810,34	850,85	893,40
A2	840,00	882,00	926,10	972,40	1.021,03	1.072,08
A3	966,00	1.014,30	1.065,02	1.118,27	1.174,18	1.232,89
A4	1.110,90	1.166,45	1.224,77	1.286,00	1.350,31	1.417,82
A5	1.277,54	1.341,41	1.408,48	1.478,91	1.552,85	1.630,49

ANEXO II

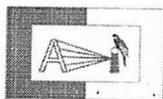
Professor do Magistério (MAG) Classe "B"

CLASSE \ NÍVEL	NÍVEL					
	I	II	III	IV	V	VI
B1	840,00	882,00	926,10	972,40	1.021,03	1.072,08
B2	966,00	1.014,30	1.065,02	1.118,27	1.174,18	1.232,89
B3	1.110,90	1.166,45	1.224,77	1.286,00	1.350,31	1.417,82
B4	1.277,54	1.341,41	1.408,48	1.478,91	1.552,85	1.630,49

ANEXO III

Professor do Magistério (MAG) Classe "C"

CLASSE \ NÍVEL	NÍVEL					
	I	II	III	IV	V	VI
C1	840,00	882,00	926,10	972,40	1.021,03	1.072,08
C2	966,00	1.014,30	1.065,02	1.118,27	1.174,18	1.232,89
C3	1.110,90	1.166,45	1.224,77	1.286,00	1.350,31	1.417,82
C4	1.277,54	1.341,41	1.408,48	1.478,91	1.552,85	1.630,49



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA
RUA GAMA ROSA S/Nº, CNPJ – 08.778.755/0001-23

ANEXO IV

Suporte Pedagógico (SP) Classe “D”

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI
D1	1.155,22	1.212,97	1.273,64	1.337,32	1.404,18	1.474,40
D2	1.328,50	1.394,93	1.464,67	1.537,91	1.614,80	1.695,54
D3	1.1527,78	1.604,16	1.684,37	1.768,59	1.857,02	1.949,87

ANEXO V

Tabela de Gratificação para Diretor Escolar

ESCOLA	Nº DE ALUNOS	VALOR
Nível I	Até 99 alunos	20%
Nível II	de 100 a 300 alunos	30%
Nível III	de 301 a 500 alunos	40%
Nível IV	de 501 a 700 alunos	50%
Nível V	acima de 701 alunos	60%

ANEXO VI

Tabela de Gratificação para Técnicos da Secretaria

CARGO	VALOR
Coordenador Pedagógico	30%
Orientador Escolar	30%
Supervisor Escolar	30%
Inspetor Escolar	30%